

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL

NOVA SÉRIE

RIO DE JANEIRO - BRASIL



ISSN 0080-3189

ANTROPOLOGIA

Nº 47

10 DE SETEMBRO DE 1984

MUDANÇA SOCIAL E DIFERENCIAÇÃO NO CAMPO:

REFLEXÕES A PARTIR DE ETNOGRAFIAS

Hugo Rodolfo Lovisololo(*)

Museu Nacional-Rio de Janeiro

I - INTRODUÇÃO

Nossos comentários sobre a mudança social e diferenciação no meio rural serão paroquiais num duplo sentido. Primeiro porque situam as digressões teóricas no campo intelectual das elaborações brasileiras, ainda que estas sejam devedoras de tradições externas. Segundo, porque serão realizados no diálogo permanente com o material recortado a partir da etnografia de dois casos, nos quais pensamos a mudança social e a diferenciação a partir de suas semelhanças e diferenças. Entretanto, esperamos que o paroquialismo não seja tomado como uma limitação a priori do alcance de nossos comentários mais teóricos, os quais têm a aspiração de superar as condições de geração que os marcam(**).

Durante muitos anos estivemos dominados pela idéia de que a diferenciação social no agro devia espelhar as descrições clássicas do desenvolvimento na indústria; devia produzir no campo assalariados e capitalistas. Atentos a essa idéia, procuramos, nos dados censitários e nas pesquisas, os indicadores do processo de diferenciação: o aumento absoluto e relativo da relação de assalariamento; o aumento absoluto e relativo do capital intensivo, sobretudo nas áreas rurais próximas a centros industriais - caso de São Paulo - na contigüidade espacial da mudança na indústria e na agricultura. Essa procura teve um resultado empírico

(*) Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

(**) Neste trabalho utilizo dados e idéias de minha Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Lovisololo (1982).

discrepante, discordante, em relação à idéia dominante: os dados censitários indicavam, por um lado, a estabilização do crescimento do trabalho assalariado, por outro, a existência e reprodução de unidades na agricultura que, exploradas pelos próprios donos, e fundamentadas no trabalho de suas famílias, participavam ativamente na formação do produto bruto e na reprodução social de uma parcela significativa da população. Distintos dados apontavam que no seio dessas unidades (denominadas indistintamente como produção familiar, pequena produção, etc) acontecia um processo particular de diferenciação, que se manifestava no aumento - em segmentos dessas unidades - da relação capital/trabalho; na acumulação de maquinário, instalações, terras recuperadas, etc., com o resultante aumento de produtividade da mão-de-obra e dos retornos brutos. Processo de diferenciação (denominado por Sorj, 1980) "horizontal", em oposição à diferenciação clássica "vertical", que rejeita a relação de assalariamento. O camponês apareceu como um objeto que, como Velho (1980) salientou, despertou outros rumos teóricos.

O relativo estancamento do trabalho assalariado, a permanência das unidades familiares de produção, e o processo de diferenciação interno a essas unidades levou a repensar tanto a história da agricultura no Brasil, quanto as propostas teóricas que comandam sua interpretação.

Lembremos de passagem que um historiador e teórico do peso de Caio Prado Jr. (1980: 18 e subs.) diz: "A pequena propriedade não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia", e após ter analisado os diferentes obstáculos a sua constituição (trabalho escravo, falta de capital, falta de mercado, tribos indígenas e pressão dos grandes proprietários) conclui que: "Nestas condições não era possível à pequena propriedade medrar no Brasil colonial. Impedidos pelas circunstâncias, se vão os pequenos proprietários aos poucos se desfazendo de suas posses em benefício dos grandes domínios. Depois de tal processo de eliminação da pequena propriedade, vai-se afinal fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural".

Num contexto atual de revisão da história da agricultura no Brasil e, especificamente, do papel da pequena produção nessa história, Linhares et alii (1981) escreveram: "Parece-nos evidente que a pesquisa histórica no Brasil precisa ser estimulada e reorientada, sobretudo para estudos locais, capazes de revelar a face oculta de uma sociedade fundamentalmente agrária, até passado bem recente, e por demais retratada a partir da 'Casa Grande e da Senzala' (13-14) ... Teríamos assim, fundamen-

talmente, três formas de produção dedicadas ao abastecimento interno: a) a brecha camponesa constituindo um proto-campesinato; b) os lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho e c) os pequenos produtores do Agreste e do Sertão, além, é claro, da pecuária ... Tal quadro se oporia, radicalmente, a toda uma tradição historiográfica brasileira que procura ver as formas de vida camponesa como um elemento novo na paisagem brasileira. O país constituído a partir do latifúndio escravista não teria conhecido pequena produção familiar no campo e, termos como 'camponês', aldeia ou (terra) comum não teriam relação com a realidade."(135).

A revisão da historiografia, os dados censitários e as pesquisas parecem indicar que devemos aceitar, a título de hipóteses provisórias, a existência de unidades familiares de pequena produção com anterioridade à chegada dos colonos europeus por volta de 1850. Simultaneamente, devemos reconhecer que o processo de desenvolvimento até a atualidade não eliminou, e ainda pode ter reforçado, esse tipo de produção.

Na agricultura brasileira atual parecem coexistir, não sem conflitos, a empresa capitalista "modernizada", a empresa capitalista "tradicional" com a produção familiar capitalizada e a não capitalizada ou, ao menos, sem sinais claros de capitalização.

Se as unidades familiares não saíram de cena para deixar os novos atores, assalariados e capitalistas, desempenharem sozinhos seus papéis, os aprendizes de dramaturgos deveriam reescrever a trama. Nas versões clássicas, particularmente naquelas influenciadas pelo economicismo, a saída de cena do camponês era produto, por um lado, de constituírem um entrave ao desenvolvimento capitalista e, portanto, estavam destinados a desaparecer na marcha da história. Os novos dramaturgos abandonaram esse roteiro clássico: a pequena produção não saiu de cena por uma inversão da trama, deixando de ser entrave, ela passou a ser funcional para o desenvolvimento capitalista ou, por outras razões, passou a resistir heroicamente aos efeitos do desenvolvimento do capital. Montou-se o novo roteiro da trama e os atos foram escritos.

No ato teórico passou-se a pensar as unidades familiares, não como entraves, mas como funcionais para o desenvolvimento capitalista. O lugar ocupado nas teorizações clássicas pela acumulação capitalista no seu duplo efeito, a expropriação do campesinato para formar o proletariado e para produzir a centralização e posterior concentração

12 NOV 1984

9 MAR 1985

dos capitais (*), foi preenchido pela leitura das unidades como funcionais num duplo sentido: reduzindo os custos de reprodução da força de trabalho do setor industrial e transferindo excedentes - via comercialização - para a acumulação capitalista (Oliveira, 1972; Martins, 1975). As unidades familiares tradicionais, sem acumulação, podiam desempenhar esse duplo efeito positivo precisamente por não serem capitalistas. Por não perseguirem lucro, por não pagarem sua própria força de trabalho a preços de mercado, por não controlarem nem a oferta nem a demanda, podiam produzir e vender a preços menores que se fossem capitalistas. Produzindo e vendendo a menores preços diminuiam o custo de reprodução da força de trabalho na indústria colaborando, assim, com a acumulação capitalista.

Este tipo de argumentação "funcionalista" ganhou espaço técnico e político no Brasil. Os níveis de vida e de exploração do camponês, sua baixa produtividade, passaram a ser lidos como de responsabilidade direta do maniqueísmo econômico que fazia de sua desgraça uma virtude. A explicação, entretanto, esquecia um fato empírico já enunciado: na bolsa de compras do proletário da indústria, o arroz do pequeno produtor tradicional, da empresa capitalista e do produtor familiar capitalizado não se distinguem. O proletário paga o mesmo preço pelo mesmo arroz, independente das condições de produção que lhes dão existência. Se o capitalismo pode produzir o arroz, ao preço pago pelo proletário, é porque seu nível de produtividade, em termos de lógica econômica, lhe permite obter o lucro. Em definitivo, poder-se-ia pensar que, se os produtores familiares tradicionais recebem um preço menor que aquele do produtor capitalista, essa diferença não se translada a favor da bolsa do operário ficando, provavelmente, nas mãos da intermediação. O menor preço pago a esse produtor, resultado de sua pobreza, baixa produtividade e desorganização, não implica menor custo de reprodução dos operários da indústria e, por essa via, sua funcionalidade em relação à acumulação capitalista. Assim, a hipótese da funcionalidade da pequena produção para a acumulação industrial não se pode sustentar, ainda que continue viva a possibilidade de apropriação pelo capital usurário.

Abriu-se assim um interessante campo de questões não respondidas, que apareciam, fundamentalmente, na discrepância entre os dados empíricos e as teorizações ou predições sobre o desenvolvimento capitalista no campo e de sua articulação com o desenvolvimento da indústria, e das ten

(*) Conforme Marx (1976).



dências à diferenciação. Partiremos aqui para refletir sobre algumas dessas questões, a partir da etnografia de dois casos e de sua análise. Situa-se nosso primeiro locus da pesquisa na região Colonial de Santa Rosa - RG, produtora atualmente de soja e trigo. O segundo, na região semi-árida da Bahia, Serrinhas, produtora de agave, gado e outros produtos. A comparação das semelhanças e diferenças terá em conta dimensões habituais, tais como: a relação com a terra, a tecnologia, relações de trabalho, a representação da mudança social e a diferenciação e os agentes dessas situações nos últimos trinta anos, dando-se ênfase à ação do mercado e do Estado nesses processos. A partir dessa breve descrição etnográfica, colocaremos algumas definições dos mecanismos de funcionamento das unidades, de sua conceituação e das relações com os circuitos comerciais e financeiros. Finalmente, recolocaremos algumas linhas de reflexão sobre a "funcionalidade" desses grupos sociais.

II - SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS: ETNOGRAFIA BREVE

Nos dois locus da pesquisa domina a pequena propriedade, e a força de trabalho está constituída pelos membros da família do dono da propriedade. Nos dois locus, com diferenças secundárias que iremos descrever, a história da produção na região é contada, pelos entrevistados, usando como fios da narrativa os produtos comerciais e as mudanças que ocorreram nos últimos trinta anos. Tudo parece indicar que nos dois casos enfrentamos pequenos produtores, mais especificamente, produtores mercantis simples, que produzem para vender e vendem para comprar os pressupostos necessários ao ciclo de reprodução.

Aproximemos o foco da descrição, utilizando como meio a memória e o relato dos entrevistados. A área da Região Colonial de Santa Rosa, na qual desenvolvemos a pesquisa, iniciou sua formação a princípios do século, com a chegada dos migrantes - alemães, italianos, poloneses e/ou descendentes - das colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Desbravadas as terras, a produção orientou-se comercialmente para o fumo e foi acompanhada da produção de auto-consumo (mandioca, milho, feijão e carnes, principalmente). Posteriormente - por razões não muito claras para os próprios entrevistados - a produção comercial de fumo foi abandonada e substituída pela produção de porco, apoiada na produção de milho como insumo, e sempre acompanhada pela produção de auto-consumo.

Já que estamos utilizando a terminologia de produção comercial e

produção de auto-consumo, tentaremos dar uma definição do significado destes termos. Denominamos produção de auto-consumo, aquela cuja combinação e quantidades produzidas está determinada em seus limites superiores, pela avaliação subjetiva de sua possibilidade de consumo na manutenção dos produtores e do consumo produtivo. Denominamos produção comercial, aquela cuja combinação e quantidade está determinada pela avaliação dos recursos disponíveis (terra, capital e mão-de-obra) e pelas condições de demanda do mercado.

Faremos dois comentários em relação a estas definições. Primeiro, nossa definição não comporta nenhum poder classificatório dos produtos, um mesmo produto pode estar numa ou em outra categoria (comercial ou de auto-consumo) em função do sentido da avaliação. Segundo, a utilização de "avaliação subjetiva", "sentido", etc., não significa que esses termos não possuam uma carga objetiva, isto é, uma codificação social do "sentido". Significa, sim, a impossibilidade de, olhando o campo trabalhado, determinar, sem a recorrência ao "sentido" dado pelo ator, se um produto é comercial ou de auto-consumo. Retomemos a descrição.

Na região existem dois tipos de terras: as terras altas, quebradas e pedregosas, e as terras baixas, vermelhas e planas. Durante muitos anos as terras preferidas eram as terras quebradas que, ainda quando demandam maior esforço para a produção, possuem uma capacidade natural de recuperação, uma fertilidade natural diferencial. Durante muitos anos os produtores privilegiados foram os ocupantes dessas terras, cujas condições de vida, e de retornos, eram avaliados como superiores às daquelas que trabalhavam as terras vermelhas. O "privilégio" relativo dos produtores das terras quebradas, dado o estado das artes, não significou, entre tanto, um processo de acumulação nas suas mãos de terras, bens de capital e da capacidade de contratar assalariados, que determinasse um processo cumulativo de diferenciação. Na inexistência de um mercado de trabalho significativo e dado o tempo necessário à recuperação natural das terras altas, os produtores continuaram a gerar sua produção na base do trabalho familiar. Poder-se-ia dizer que as diferenças produzidas, pela fertilidade diferencial da terra, eram estáticas, não constituindo um processo dinâmico ou acumulativo de diferenciação.

A grande mudança, sob o ponto de vista dos entrevistados, acontece na década dos anos sessenta. Neste período, os órgãos governamentais de assistência técnica e financeira iniciaram uma operação de recuperação das terras vermelhas e de estímulo à produção de trigo e da soja sob a

base de mecanização, para a qual as terras vermelhas eram as aptas na região. Os produtores dessas terras beneficiaram-se do processo de intervenção governamental. À sombra dos financiamentos e das taxas de juros negativas, acumularam em maquinário e na valorização da terra produzida pela utilização de insumos químicos. Os preços relativos das terras, antes e depois do processo dos anos sessenta, são testemunhas dessa valorização da terra. Antes dos anos sessenta, o valor das terras altas superava em quatro vezes o das terras vermelhas; após os anos sessenta o processo tinha se invertido, e o valor das terras planas superava em cinco ou seis vezes àquele das terras quebradas.

A intervenção estatal, na assistência técnica, nos financiamentos e na política de preços, provocou uma inversão das posições tradicionais: os abastados viraram pobres e os pobres abastados. Mas, provocou algo mais que isso, provocou a possibilidade de uma acumulação não estática. A mecanização, em seu efeito poupador de mão-de-obra, tornou excedente a força de trabalho, requerida pela produção comercial, em relação à terra disponível. Isto determinou, além do recurso migratório dos membros das unidades - geralmente àqueles com capacitação formal - quatro mecanismos principais de utilização do maquinário e da mão-de-obra: a compra de terras na região; o aluguel do maquinário para aqueles que, por distintas razões, não o possuem o arrendamento de terras na região e, por último, a venda das terras na região para comprar superfícies maiores nas áreas de colonização recente, nas quais o preço da terra é sensivelmente menor. Resumidamente, podemos dizer que se conformaram, na região, dois tipos de produção mercantil simples: uma produção que denominaremos camponesa, com baixos níveis de acumulação e de produtividade, e uma produção pequeno-burguesa com níveis de acumulação e produtividade comparativamente altos. Interferiram para a produção deste específico processo de diferenciação um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, a orientação mercantil das unidades familiares; orientação que precedeu a intervenção estatal. Em segundo lugar, a situação de demanda do mercado que motivou a intervenção estatal. Em terceiro lugar, a situação de demanda do mercado que motivou a intervenção do Estado. Em quarto lugar, a forma particular dessa intervenção na assistência técnica, os mecanismos de financiamento e a política de preços. Por último, a adequação do estoque de conhecimento e tecnologias na agricultura às características de terras vermelhas.

Distinta é a história do processo no segundo dos locos de pesquisa, na micro-região de Serrinhas, na Bahia, de acordo com as informações dos entrevistados. Eles não possuem, ainda quando consultados os

velhos da região, uma história clara de como chegaram à região. Nasce - ram lã, e o relato da migração, se alguma vez existiu, perdeu-se nos va zios da memória. O que sim está presente é o fato de que a região sempre foi produtora de gado, enquanto produção comercial, além de estar en - volvida com a produção de auto-consumo, pelo menos até o início dos a - nos cinquenta. Também está presente o processo contínuo de divisão ou partilha de terra entre os herdeiros, e a existência de uma distribui - ção bimodal - muitos com pouca terra e poucos com muita.

Os anos cinquenta acarretaram um processo significativo de mudan - ça na região, provocada pela introdução e difusão de um novo produto co - mercial: o agave e a consequente extração e industrialização da fibra sisal. A cultura do agave foi aceita rapidamente por razões ecológicas e de mercado. A cultura adaptou-se bem à região, os preços das fibras (até a década de setenta, na qual começou a queda dos preços internacio - nais) eram compensatórios. Além disso, agave e gado podiam se complemen - tar, tanto a folha quanto o resíduo da extração da fibra serviam de a - limento para o gado.

Até o momento de introdução da fibra, a pequena produção criava, como principal produção comercial e fonte de renda monetária, o gado, e acompanhava sua produção com as atividades para o auto-consumo. Ain - da que a terra de propriedade de cada produtor fosse pouca para a cria - ção, existiam terras soltas. Terras que, não obstante possuissem do - nos, estavam abertas à pastagem do gado dos pequenos produtores. Com a introdução do agave, os grandes proprietários passaram a cercar rapi - damente suas terras para a proteção das plantas. O espaço, que funciona - va para o pequeno produtor como terra comum ou, pelo menos, como terras - livres para a criação, fechou-se. Os pequenos produtores, na sua gran - de maioria, ficaram sem a possibilidade de técnicas, de capital e de terras para a reprodução nas estreitas margens de suas propriedades.

A pequena propriedade segmentou-se. Por um lado, hoje encontramos aqueles que produzem agave, gado e produtos de auto-consumo na base do trabalho familiar e não vendem sua força de trabalho, conservando, por - tanto, o estatuto de produtores independentes. Por outro, aqueles que conservando um pedaço de terra (escassa para a produção de gado e aga - ve, mas suficiente, e por vezes excessiva, para a produção de auto-consu - mo) obtêm a renda monetária necessária à reprodução do grupo em virtude de duas formas principais de assalariamento. A primeira, ficando na re - gião e trabalhando na empreita de sisal. A segunda, saindo por tempora -

das para os centros industriais - notadamente para o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia - e retornando nos momentos especiais do ciclo agrícola - de aumento da demanda da força de trabalho - para colaborar com a produção de auto-consumo de sua unidade.

O trabalho na empreita do sisal é uma forma curiosa de transformação da relação de parceria, se a pensamos como variação de uma prática difundida no meio rural. O proprietário do sisal contrata o dono do motor (proprietário dos instrumentos e do capital para o corte da folha e a extração da fibra), geralmente por cinquenta por cento da produção da fibra - podendo ser a retribuição feita indistintamente em dinheiro, ao preço do dia, ou em produto. O dono do motor paga a cada membro da equipe um percentual do valor diário da produção.

Para o dono do agave, isso significa que a extração da fibra não comporta custos fixos. Para o dono do motor que participa com os elementos consumidos no processo (combustível, óleo e custo de reposição do maquinário), só estes existem como custos fixos, sendo o pagamento do trabalho um custo variável em função da variação dos preços da fibra. Para o trabalhador significa que eles sofrem as variações de preços da fibra, sendo seus retornos monetários uma função da quantidade produzida e do preço da fibra.

Como outros casos de parceria, o regime da empreita do sisal conforma uma curiosa forma, não menos terrível por ser curiosa, de socializar as possíveis "perdas" derivadas da qualidade das folhas e dos preços do mercado. Mas deixemos a empreita do sisal e retornemos ao processo de mudança e diferenciação produzido pela introdução do agave e o cerco das terras.

Dizíamos que, no nível da produção mercantil, realizava-se uma segmentação entre as unidades que podiam continuar a produzir sem vender seu trabalho, os camponeses; e aqueles que passavam a compartilhar tempos de trabalho nas próprias unidades - para a produção de auto-consumo - com tempos de venda da força de trabalho na empreita do sisal, ou nas cidades. Parece-nos que este segundo segmento pode ser denominado, na falta de termo melhor, como semi-camponês ou semi-proletário.

Semi-camponês, quando pensamos que, com outras tecnologias e outros produtos, pode acontecer um processo hipotético de retorno à produção camponesa. Quando pensamos que sua terra escassa hoje, em função do leque das alternativas de produção, poderia ser multiplicada em produtividade com a introdução de outras alternativas para retornarem a, no mí

nimo, um padrão camponês de produção simples de mercadorias. Indubitavelmente, esse processo de reversão a uma produção mercantil simples implica não só, um estado de artes e ciências adequados a esse objeto, senão, também, e talvez como fundamental, a intervenção do Estado em seus mecanismos clássicos de assistência técnica, política-financeira e de preços, quando não se pretende recorrer à redistribuição da terra. A escassez da terra, que inviabiliza neste contexto a produção mercantil simples, aparece, assim, como a resultante de uma equação que envolve fatores tais como: características ecológicas, leque de produtos e técnicas adequados, capacitação e organização dos produtores e intervenção do Estado. Semi-proletários, quando pensamos que essas possibilidades de retorno à produção mercantil são limitadas ou inexistentes, e a situação atual, esdrúxula por "natureza", tem um fim inevitável na proletarianização em sentido pleno. Preferimos pensar, por razões que aqui não é oportuno mencionar, que as duas possibilidades existem como tendências e que, possivelmente, a realização de uma ou outra depende da capacidade dos atores, semi-camponeses ou semi-proletários, de se organizarem e direcionarem o processo numa ou em outra direção, opondo-se às forças do "mercado", pressupostas, geralmente, como inexoráveis.

O processo na região de Serrinhas, que desembocou numa diferenciação da produção mercantil simples, no segmento camponês e no dos semi-camponeses ou semi-proletários, foi produzido pelos mecanismos de mercado sem nenhum tipo de mediação do Estado. Em contrapartida, o processo que na região Colonial de Santa Rosa conduziu à formação dos pequenos burgueses e dos camponeses foi, predominantemente, determinado pela intervenção do Estado. Não interessa no escopo deste trabalho avaliar os "benefícios sociais" de um ou outro processo, senão que refletir sobre suas semelhanças e diferenças.

É evidente que nos dois casos existe "expulsão" da população para regiões de "atração", sejam estas áreas rurais de fronteira ou áreas urbanas. Existe, nos dois casos, saída de populações cujos destinos são variados e com pesos diferentes. Destinos de reencontro da produção simples de mercadoria em outras áreas rurais; de formas de produção simples nas áreas urbanas; de proletarianização; de integração aos setores médios; etc. A não referência a esses destinos deve-se, não à diminuição da importância de seu estudo, mas ao fato de nos situarmos na problemática dos que ficaram. Feita esta observação, voltemo-nos para a reflexão sobre os casos brevemente apresentados.

III - REFLEXÕES SOBRE A DESCRIÇÃO

Parece-nos que grande parte dos autores, que operam com a categoria de camponês, outorgam um peso excessivo à definição da lógica da produção da unidade, à produção de auto-consumo, aos produtos destinados ao auto-consumo, o que implica em pensar a produção familiar ou camponesa como unidade de produção e consumo. Nesta posição, os produtos vendidos aparecem como sendo um resíduo, isto é, como uma sobra do auto-consumo. Este tipo de raciocínio leva a pensar as unidades como tendo uma única lógica: a lógica da produção de auto-consumo. Nossa descrição dos dois casos constitui pois uma contra-argumentação a essa interpretação, colocamos a existência de duas lógicas: a da produção comercial e a da produção de auto-consumo. Apoiamos nossa contra-argumentação fundamentalmente em três pontos:

1 - ao nível do relato dos produtores, os eixos da história são produtos que compõem a produção comercial. Produtos que não são consumidos ou têm um consumo não significativo nas próprias unidades (fumo, porco, soja, trigo, agave, gado). A história da produção e a história da mudança social têm como referências prioritárias, para os entrevistados, os produtos comerciais, sua lógica e seus efeitos, e entre estes, o processo de diferenciação;

2 - porque na região Colonial de Santa Rosa só produtores orientados comercialmente (lembramos que os produtores das terras vermelhas eram os "pobres" até a mudança) aceitariam passivamente a intervenção do Estado, acatariam as ordens de recuperação de terras e de compra de maquinário, e endividariam para esse efeito e jogariam com os lucros possíveis das operações financeiras. Muitos deles abandonariam a produção de auto-consumo para destinar todas as energias e recursos à produção comercial;

3 - porque no caso da região de Serrinhas é o gado, produto para ser comercializado e que não se consome na unidade, que fica impossibilitado de ser produzido com o cerco das terras para a cultura do agave e, além disso, a produção de auto-consumo não é visivelmente atacada. Sua permanência não impede a venda da força de trabalho para a obtenção da renda monetária que era gerada pelos produtos comerciais.

Diríamos que os pequenos produtores são produtores mercantis simples que vendem para comprar, diferentes dos produtores capitalistas que compram para vender. Diríamos que a reprodução desses produtores, enquan

to tais, passa pela produção comercial e, quando o espaço desta fecha-se, só resta ser semi-proletário ou semi-camponês. A produção comercial não constitui, portanto, um resíduo ou sobra. Ela é o motivo, o objeto, a lógica da produção mercantil simples, seja esta pequeno-burguesa ou camponesa.

Diríamos que a produção de auto-consumo no seio da produção mercantil simples tem como objeto ou função a mesma que em outras formas de produção: economizar, produzir economias. A produção para economizar pode ser encontrada desde a empresa capitalista até na família do proletário. Sem a produção de auto-consumo seria difícil explicar a subsistência física de parcelas do proletariado. Este fato coloca-se propositalmente para salientar a necessidade de não diminuir a importância da produção de auto-consumo. Mas não diminuir sua importância na produção mercantil simples não significa que, automaticamente, devemos pensar esta forma de produção como determinada pela produção de auto-consumo.

No caso da produção mercantil simples, quando não se pode vender ou aplicar todo o trabalho da unidade familiar, ou não é possível sua aplicação rentável - "não dá lucro", na expressão dos entrevistados, - destina-se à produção de auto-consumo. Em termos mais abrangentes, poder-se-ia pensar que, nas sociedades capitalistas, nem todo tempo de trabalho tem preço, seja por imperfeições do mercado, seja pela institucionalização de pautas ou padrões que indicam que trabalho e em que tempos pode ser vendido. Assim, tanto os membros da produção mercantil simples quanto os proletários destinam parte do seu tempo à produção de auto-consumo com o objetivo de economizar, de autonomizar parcelas de sua reprodução da compra no mercado. Como é um tempo não aplicável ou vendável, ele não tem preço. Por esta razão ele produz economias ainda que o custo da produção de auto-consumo supere, se avaliado pelos preços de mercado, o preço de mercado dos produtos similares ou substitutivos.

Ora, como explicar no corpus destes raciocínios, o caso do semi-camponês ou semi-proletário que volta da cidade, ou deixa de trabalhar na empreita do sisal, para colaborar com sua família na produção de auto-consumo? Parece-nos que existe contradição. Grande parte do esforço da produção de auto-consumo, nestes casos, realiza-se pelo trabalho sem preço de outros membros da família (mulheres, velhos, crianças, etc). A incorporação do membro da família - cujo trabalho tem preço - se produz nos momentos de acentuada demanda. Essa incorporação temporária modifica o fato que os valores da produção de auto-consumo superam, se avaliados

a preços de mercado, as diárias perdidas pela não venda da força de trabalho.

Parece-nos que por serem as unidades camponesas unidades mercantis simples é que o capital usurário existe, como causa e efeito, da própria produção mercantil simples. Nos meandros de vender para comprar, na antecipação dos recursos para a produção comercial, o capital usurário ocupa a posição estratégica que lhe permite se apropriar de excedentes da produção comercial. Excedentes para cuja constituição colabora a economia realizada pela produção de auto-consumo. Mas colaborar, ainda que sistematicamente, não significa assumir o papel determinante na conceituação. O papel determinante que o processo demonstra é ocupado pela produção comercial.

Parece-nos que a orientação comercial é a que explica - ainda em situações nas quais as normas que regulamentam a propriedade da terra são respeitadas; ainda nos casos nos quais o produtor mercantil simples tem o amparo da lei e não é submetido a expropriação ilegal - o processo de diferenciação horizontal e vertical que acontece. O processo na região Colonial de Santa Rosa apresenta-se como uma situação na qual a orientação comercial aliada a outros fatores, principalmente a intervenção do Estado, desencadeia a diferenciação entre camponeses e pequeno - burgueses. Essa mesma dependência da produção comercial, do gado que não é utilizado como força, nem consumido senão como produto a ser vendido, explica no caso de Serrinhas a diferenciação entre camponeses e semi-camponeses ou semi-proletários.

A unidade de produção familiar na agricultura, a produção mercantil na agricultura, aparece em suas relações com o Estado e o Mercado como sendo objeto de processos de transformação que se concretizam em várias formas de diferenciação. Processos que, pareceria, não podem ser pensados como definitivos ou como determinando que as categorias (pequeno-burguês, camponês e semi-camponês) pelas quais apontamos o processo de diferenciação sejam momentos definitivos. Nada impede, a não ser as interações concretas que se processam entre os elementos prioritários, que pequeno - burgueses percam essa condição, que camponeses virem pequeno - burgueses ou semi-camponeses e, até, que os semi-camponeses retornem a uma posição de camponeses ou continuem sua trajetória em direção à proletarização.

Pareceria ser que, no traçado dessas trajetórias, hipoteticamente possíveis, o Estado, o mercado e as distintas classes e frações tem o pa

pel protagonista. Pareceria que não pode ser desprezado, em relação aos rumos possíveis, o papel central das formas organizacionais e das ações dos pequeno-burgueses, dos camponeses e dos semi-camponeses. Portanto, acreditamos que na esfera da política os grandes determinantes do futuro estabelecerão o lugar e a diferenciação da produção mercantil simples.

Entretanto, no terreno da economia, em relação à acumulação capitalista, no contexto das teses sobre a funcionalidade da pequena produção, vários comentários podem ser realizados. Pareceria que o segmento que apresenta um grau de funcionalidade maior para acumulação capitalista é o dos pequeno-burgueses: compradores importantes da agro-indústria e fornecedores também significativos. Em relação a ela enfrentam o oligopólio quando situam-se como compradores, o oligopsônio quando colocam-se na posição de vendedores. Esta fraca situação de negociação no mercado só pode ser contrabalançada por adequados graus de organização, que se manifestam numa pressão permanente sobre a estrutura do Estado para alcançar por esse meio, condições favoráveis de financiamentos e preços. A funcionalidade ou disfuncionalidade da produção mercantil pequeno-burguesa para a agro-indústria depende, em definitivo, da mediação estabelecida pelo Estado, e de que os favores dessa mediação levem a uma ou a outra direção. De nenhuma forma existem indicações para se pensar que a produção pequeno-burguesa diminua o custo de reprodução da força de trabalho. Soja e trigo são produzidos, também, pela grande empresa capitalista na agricultura; o mercado mistura e unifica. Em algum sentido, se supõe uma maior lucratividade da empresa capitalista na agricultura, a luta dos pequeno-burgueses por melhores preços e condições financeiras pode aumentar essa lucratividade. Os interesses econômicos da grande empresa capitalista na agricultura e dos pequeno-burgueses podem, conjuntamente, ser coincidentes.

A produção aparece como um lugar que, mais do que ser funcional em relação à acumulação capitalista, permite que uma larga parcela da população se reproduza - ainda que com níveis baixos de produtividade e deficiente qualidade de vida - sem engrossar nosso característico problema de desocupação das economias em "transição". Os semi-camponeses ou semi-proletários, que nas cidades são pagos como se fossem proletários em sentido pleno, colaboram para criar esse paradoxal efeito de nossas economias: a frequentemente mencionada, pelos empresários, escassez de mão-de-obra na abundância. Sua entrada e saída do mercado pode, não sabemos em

que grau, colaborar para a constituição desse efeito.

Tudo parece indicar que, dependendo do segmento da produção mercantil à qual fazemos referência, dependendo de sua produção e vinculação ao mercado, dependendo de suas relações mais ou menos diretas com o Estado, a produção mercantil simples na agricultura pode ser funcional, disfuncional e afuncional em relação à acumulação capitalista. O valor da função, até contar com esquemas mais sólidos de análise e levantamentos empíricos aptos para a solução do problema, só pode ser estabelecido em cada caso. O que parece que devemos rejeitar são as explicações totalizantes que desaguardam, teoricamente, num excessivo funcionalismo e, politicamente, na suposição de uma homogeneidade inexistente de interesse da produção mercantil simples na agricultura.

ABSTRACT

The author discusses the process of differentiation among family units of small-scale agricultural production where salaries are absent. He collected his material using anthropological techniques of observation and draws his conclusions on the basis of a comparison of two case studies. The first is taken from the soya and wheat region of Rio Grande do Sul, and the second from the semi-arid region of Bahia which produces cattle and agave apart from subsistence.

The two regions are characterized on the basis of the different ways in which the land is occupied; of the ecological conditions which make possible different technologies and specific forms of income distribution; of technical and financial state intervention; of circuits of commercialization and of the producer's organizational structures.

These conditions define distinct possible strategies of accumulation in small-scale production. The author calls these strategies "petit bourgeois", "peasant" and "partial proletarian". These three forms, in spite of their specificities, are characterized by the inexistence of salaried labour and by their inclusion in the theoretical field defined by simple mercantile production. For the author, simple mercantile production constitutes the conceptual framework through which it is possible to understand the accumulation and differentiation within small-scale production as a process which is determined not only by the presence of adequate conditions but also by logics which are present in the small-scale production process itself. These logics, in

interaction with other conditions already present or brought about by state intervention, determine the diverse forms of accumulation and the differentiation within small-scale production.

Starting with this conceptualization, the author discusses some of the categories and properties frequently used to define small-scale production and develops alternative understandings. In this context, the often used characterization of the units of small-scale production as uninterested in profit is seen as not defining of the area in question and as an obstacle for the understanding of these simple mercantile units.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LINHARES, M.Y. et alii, 1981 - História da Agricultura Brasileira. 170pp. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- LOVISOLO, H.R., 1982 - Terra, Trabalho e Capital: Produção Familiar e Acumulação. Dissertação de mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 337 pp., mimeo.
- MARTINS, J., 1975 - Capitalismo e Tradicionalismo. 145 pp. Ed. Livraria Ciências Humanas, São Paulo.
- MARX, K., 1976 - El Capital. 2.284 pp. Ed. FCS, México.
- OLIVEIRA, F., 1972 - A Economia Brasileira, Crítica à Razão Dualista. CEBRAP, São Paulo, (2): 1-110.
- PRADO, Jr., C., 1980 - Evolução Política do Brasil. 250 pp. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- SORJ, B., 1980 - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 158 pp. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.
- VELHO, O., 1980 - A Propósito de Terra e Igreja. Encontros com a Civilização Brasileira (22): 157-168.

Impresso pela
COPIARTE - Copiadora e Artes Gráficas Ltda.
Rua Assis Bueno, 9 - Lojas C - D
Rio de Janeiro, RJ